

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

**1. Você recebeu do fiscal o seguinte material:**

- Este **CADERNO DE PROVAS**, sem folhas repetidas ou falhas de impressão.
- Um **CARTÃO RESPOSTA** relacionado à avaliação para este cargo, com seu nome e número de inscrição.

**2. Em relação ao CADERNO DE PROVAS:**

- Verifique se está em ordem, sem folhas repetidas ou folhas faltantes.
- Não poderá ser levado pelo Candidato, em qualquer momento, salvo a parte que contenha o rascunho do gabarito (espaço final desta folha).

**3. Em relação ao CARTÃO RESPOSTA:**

- Verifique se o seu **nome** e o seu **número de inscrição** conferem com os dados da sua inscrição.
- Utilizar **somente** caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta ou azul.
- Tenha muito cuidado com o **CARTÃO RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**.

**4. SERÁ ELIMINADO** desta Seleção Pública o candidato que:

- Se utilizar, durante a realização da prova, de relógios e/ou máquinas de calcular, bem como de rádios gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de consultas de qualquer espécie.
- Se ausentar da sala em que se realiza a prova, levando consigo **CADERNO DE PROVA** e/ou **CARTÃO RESPOSTA**.
- Se recusar a entregar o **CADERNO DE PROVAS** e/ou o **CARTÃO RESPOSTA** quando terminar o tempo estabelecido.
- Não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO RESPOSTA**.

**5. O Candidato somente poderá se ausentar do local de aplicação das provas após 1 (uma) hora, contada a partir do efetivo início.**

**6. O tempo disponível para realização desta Avaliação será apresentado pelo fiscal no quadro principal, onde ficará visível a todos os candidatos.**

**7. As questões desta Avaliação estarão disponíveis dentro da Área do Candidato, de acordo com o cronograma estabelecido no edital.**

**8. Caso haja qualquer divergência dos itens acima, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.**

**Boa Prova!**

**Rascunho do gabarito:**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

**Área para rascunho e anotações:**

# LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 01 a 05:

## **Bambu japonês** (Ramires Linhares)

Conhece o bambu japonês, meu leitor, minha leitora? Essa planta tem uma história curiosa e cheia de ensinamentos.

Quando a semente é plantada, nada de espetacular acontece à primeira vista. Durante os primeiros cinco, seis anos, a planta concentra toda a sua energia no desenvolvimento das raízes. Elas crescem profundamente, criando uma base forte para sustentar o que virá depois. Nesse período, quem olha de fora pode até achar que “não deu certo”.

Quando o bambu finalmente rompe a terra, ele pode crescer vários metros em poucas semanas. Em algumas espécies, chega a quase um metro por dia. Todo aquele tempo “parado” era, na verdade, um investimento silencioso para garantir que, quando viesse a hora, o crescimento fosse firme, saudável e duradouro.

E tem mais: depois que atinge sua altura, o bambu continua sendo uma planta resistente e flexível. Ele é usado para construir casas, móveis, artesanatos e até como alimento, pois seus brotos são comestíveis. Ele é fino, mas incrivelmente forte, justamente por causa de suas raízes.

Isso rende uma boa metáfora, não?

Na vida, hoje está difícil vermos pessoas “bambus”. Todos querem resultados ontem: dieta na segunda, barriga tanquinho na terça; abrir um negócio hoje e ficar rico amanhã; postar um vídeo mequetrefe e colher likes na hora.

Mas, se pensarmos bem, pode haver um pouco desse bambu na gente. Quantas vezes estamos ali, batalhando, estudando, levando umas porradas e nada parece acontecer? Pois é. Pode ser o nosso “período raiz” agindo, invisível, fundamental.

Quando chega a hora certa, assim como o bambu, a gente cresce de um jeito surpreendente. É quando o mundo olha e diz: “Nossa, foi de repente!”.

De repente, nada! Foram anos de raiz, de espera e de café forte para aguentar.

Perseverança é isso: acreditar que, no fundo (da terra ou do coração), algo bom está se preparando para florescer.

Disponível em: <https://diariodosul.com.br/colunistas/ramires-linhares/bambu-japones-37483>

**1.** De acordo com o texto, um observador, nos primeiros anos de um bambu, pode achar que esse último “não deu certo”, pois:

- A)** A planta se espalha por uma grande área, contaminando todo o ecossistema.
- B)** A planta concentra toda a sua energia de crescimento nas partes que não estão à vista, abaixo do solo.
- C)** A planta secreta substâncias que deveriam afastar os predadores, mas acabam por afastar também os polinizadores.
- D)** A planta concentra toda sua energia nas raízes que, por serem aéreas, acabam por alimentar pássaros e coalas.
- E)** Nenhuma das alternativas anteriores.

**2.** Ainda conforme o texto, é raro encontrar pessoas análogas aos bambus, pois:

- A)** Todos são humildes a ponto de esconder seus esforços por anos, dando a impressão de que seu sucesso foi repentino.
- B)** Parece que todo mundo deseja resultados imediatos, desprezando os anos de preparo e aprendizado.
- C)** A totalidade das pessoas se concentra mais e formar bases sólidas, focando no profissional e no pessoal, para depois apresentar resultados.
- D)** Todo mundo vive sob uma ditadura da “moda saudável”, apresentando corpos musculosos e volumosos, diferentes dos bambus, que são finos.
- E)** Nenhuma das alternativas anteriores.

**3.** Dado o excerto:

“Ele é fino, **mas** incrivelmente forte (...)”

A conjunção destacada evidencia a ideia de:

- A)** Consecutividade.
- B)** Adição.
- C)** Conformidade.
- D)** Adversidade.
- E)** Nenhuma das alternativas anteriores.

**4.** Dado o excerto:

“Conhece o bambu japonês, **meu leitor**, minha leitora?”

O termo em destaque cumpre a função sintática de:

- A) Sujeito composto.
- B) Sujeito simples.
- C) Vocativo.
- D) Adjunto adnominal.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

**5.** Leia com atenção o fragmento:

“Elas crescem profundamente (...).”

Caso o tempo verbal da oração fosse alterado para o pretérito perfeito do modo indicativo, a correta redação do período seria:

- A) Elas cresceram profundamente.
- B) Elas crescerão profundamente.
- C) Elas cresceriam profundamente.
- D) Elas crescessem profundamente.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

**6.** Assinale a alternativa que apresenta correta colocação pronominal:

- A) Os visitantes do futuro julgar-te-ão pelos frutos que dás agora.
- B) Quem conhece-me sabe bem que não te amo...
- C) Os botânicos nunca disseram-nos que era época de colheita.
- D) Me avisaram para colocar menos adubo.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

**7.** Nas alternativas que seguem, as ocorrências de “A” e “AS” tiveram propositalmente o sinal de crase suprimido. Assinale a alternativa em que essas ocorrências deveriam ser obrigatoriamente craseadas:

- A) Devagar, dia A dia, a evolução era observada.
- B) Foi com satisfação que ele entregou A carta de demissão.
- C) O gerente disse A frase com menos emoção naquela hora.
- D) Não foi com tranquilidade que o chefe pagou A funcionária.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

Texto para as questões 08 a 10:

### Poesia

Gastei uma hora pensando um verso  
que a pena não quer escrever.  
No entanto ele está cá dentro  
inquieta, vivo.  
Ele está cá dentro  
e não quer sair.  
Mas a poesia deste momento  
inunda minha vida inteira.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Alguma Poesia. 15. ed. São Paulo: Record, 2022.

**8.** Para além da função poética, é predominante também no texto a função:

- A) Conativa.
- B) Metalinguística.
- C) Fática.
- D) Denotativa.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

**9.** Dado o excerto:

“(...) que a **pena** não quer escrever.”

A palavra em destaque pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- A) Pluma.
- B) Runa.
- C) Filacteria.
- D) Agulha.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

**10.** Leia com atenção o fragmento:

“(...) que a pena não quer escrever.”

No fragmento nota-se a presença da figura de linguagem conhecida como:

- A) Catacrese.
- B) Hipérbole.
- C) Metonímia.
- D) Antítese.

E) Nenhuma das alternativas anteriores.

## LEGISLAÇÃO

**11.** De acordo com os Art. 1º a 4º da Constituição Federal, analise a situação e assinale a alternativa correta:

Um projeto de lei municipal prevê que determinada associação comunitária terá direito de veto sobre políticas públicas locais, por “representar a vontade popular”. À luz dos fundamentos da República Federativa do Brasil, tal previsão:

- A) É nula, pois compete exclusivamente à União editar normas sobre soberania.
- B) É válida, pois reforça a cidadania e a participação direta da sociedade.
- C) É válida, desde que aprovada por maioria absoluta da Câmara Municipal.
- D) Viola apenas o princípio da dignidade da pessoa humana, por restringir participação popular ampla.
- E) Viola o princípio da soberania popular, pois este se exerce por sufrágio universal e outras formas previstas na Constituição, não por concessão de veto a entidades privadas.

**12.** De acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, classifique as afirmativas como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) A publicidade dos atos administrativos pode ser substituída por divulgação interna quando envolver contrato de valor inferior a R\$ 50.000,00.
- ( ) A legalidade administrativa exige que toda ação estatal encontre respaldo em norma jurídica.
- ( ) A eficiência demanda não apenas economicidade, mas também qualidade na prestação do serviço público.
- ( ) A moralidade administrativa possui conteúdo ético que transcende a mera conformidade formal com a lei.
- ( ) A impessoalidade veda promoção pessoal de autoridades, mesmo que vinculada a programas governamentais.

- A) V – V – F – V – F.
- B) F – V – V – V – V.
- C) F – V – F – F – V.
- D) V – F – V – F – V.
- E) F – F – V – V – V.

**13.** De acordo com o Art. 1º e o Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa correta:

Durante audiência pública em Imbituba, constatou-se que a Prefeitura deixou de divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária no prazo legal, alegando “dificuldades operacionais”. A conduta:

- A) É aceitável, pois dificuldades técnicas justificam a postergação da divulgação.
- B) Viola o princípio da transparência fiscal, configurando descumprimento da LRF, sujeitando o gestor a sanções previstas em lei.
- C) É irregular apenas se houver prejuízo financeiro decorrente da omissão.
- D) Não é vedada, desde que o relatório seja publicado até o final do exercício.
- E) Só é vedada se houver dolo na omissão do gestor.

**14.** De acordo com os Art. 1º a 6º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), classifique as afirmativas como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) Dados pessoais sensíveis incluem informações biométricas, genéticas e sobre filiação a sindicatos.
- ( ) O tratamento de dados pessoais por pessoa física para fins exclusivamente particulares está sujeito integralmente à LGPD.
- ( ) A portabilidade de dados depende de regulamentação específica da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- ( ) O consentimento do titular pode ser obtido por meio eletrônico, desde que inequívoco.
- ( ) A LGPD não se aplica a dados utilizados para segurança pública.

- A) V – V – F – V – F.
- B) V – F – V – V – V.
- C) F – F – V – F – V.
- D) V – F – F – V – V.
- E) F – V – V – F – V.

**15.** De acordo com os Art. 11 a 13 da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta:  
Em um relatório de execução orçamentária da Câmara Municipal de Imbituba, as receitas obtidas com transferências da União e os recursos oriundos de operações de crédito estão classificados na mesma categoria econômica. Essa classificação:

- A) Está incorreta, pois receitas de transferências correntes e receitas de operações de crédito pertencem a categorias econômicas distintas (correntes e de capital, respectivamente).
- B) Está correta, pois ambas integram a receita corrente líquida.
- C) Está correta, desde que haja previsão na lei orçamentária anual.
- D) Está incorreta apenas se as transferências forem vinculadas.
- E) Está incorreta, pois ambas deveriam ser classificadas como extraorçamentárias.

**16.** De acordo com os Art. 29 a 31 da Constituição Federal, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

- I. O parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.
- II. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município abrange a administração direta e indireta.
- III. A participação de cidadãos em audiências públicas para discutir o orçamento é uma faculdade e não um dever constitucional.
- IV. A Câmara Municipal exerce controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas.
- V. O Prefeito pode sustar diretamente atos administrativos do Legislativo que considere ilegais.

- A) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.
- B) Estão corretas apenas as afirmativas II, III e V.
- C) Estão corretas apenas as afirmativas I, II e IV.
- D) Estão corretas apenas as afirmativas I e III.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

**17.** De acordo com a Lei Orgânica do Município de Imbituba, assinale a alternativa correta:

Durante debate em plenário, vereador propõe que a Câmara execute diretamente um programa de manutenção de vias públicas, alegando interesse local e urgência. Segundo a Lei Orgânica:

- A) É possível desde que haja dotação orçamentária específica.
- B) O Legislativo pode executar obras diretamente em casos de urgência.
- C) É possível mediante aprovação por dois terços dos vereadores.

**D)** A competência é comum entre Executivo e Legislativo.

**E)** A execução direta de obras e serviços públicos é competência típica do Poder Executivo, sendo vedado ao Legislativo realizá-la.

**18.** De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba, classifique as afirmativas como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

( ) As sessões extraordinárias podem ser convocadas pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou pela maioria absoluta dos vereadores.

( ) O uso da tribuna popular depende de inscrição prévia, obedecendo ao tempo regulamentar.

( ) É vedado ao Presidente da Câmara inverter a ordem do dia.

( ) Projetos de lei de iniciativa do Executivo têm prioridade sobre todos os demais.

( ) O quórum para deliberação de matérias de maioria absoluta é inferior ao quórum para emendas à Lei Orgânica.

**A)** V – V – F – F – V.

**B)** F – V – V – V – F.

**C)** V – F – V – V – V.

**D)** V – V – F – V – V.

**E)** F – F – V – F – V.

**19.** De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 1145/1991, assinale a alternativa correta:

Um servidor efetivo da Prefeitura de Imbituba, aprovado em concurso público, foi demitido sem processo administrativo, com base apenas em “perda de confiança” declarada pelo Prefeito. À luz da Lei Complementar nº 1145/1991:

**A)** É válida, desde que aprovada pela maioria da Câmara Municipal.

**B)** É válida, pois a perda de confiança é motivo suficiente para dispensa.

**C)** A demissão é nula, pois exige processo administrativo com direito à ampla defesa e ao contraditório.

**D)** É válida, desde que homologada pelo Tribunal de Contas.

**E)** É válida apenas se prevista no estatuto do servidor.

**20.** De acordo com o Art. 38 da Constituição Federal, analise a situação e assinale a alternativa correta:

Um servidor efetivo do Município de Imbituba foi eleito Vereador. Durante o mandato, verificou-se compatibilidade de horários entre as sessões legislativas e a sua jornada de trabalho no cargo efetivo. Posteriormente, foi eleito Prefeito e assumiu o novo mandato. À luz da Constituição Federal:

**A)** Enquanto Vereador, deveria ser afastado do cargo efetivo e receber apenas a remuneração do mandato; como Prefeito, poderia acumular ambas as remunerações.

**B)** Enquanto Vereador, manteve o exercício do cargo efetivo e percebeu cumulativamente a remuneração deste e a do mandato; ao assumir como Prefeito, foi afastado do cargo efetivo, podendo optar pela remuneração do mandato ou do cargo.

**C)** Enquanto Vereador, manteve as duas remunerações apenas mediante autorização da Câmara Municipal; como Prefeito, manteve ambas automaticamente.

**D)** Enquanto Vereador, deveria receber exclusivamente a remuneração do mandato; como Prefeito, poderia manter a remuneração do cargo efetivo e do mandato.

**E)** Enquanto Vereador, manteve a remuneração de ambos os cargos independentemente de compatibilidade de horários; como Prefeito, poderia acumular as remunerações se houvesse previsão na Lei Orgânica Municipal.

## ESPECÍFICAS

**21.** De acordo com a NBC TG – Estrutura Conceitual, o objeto da contabilidade consiste em:

- A) Os direitos e obrigações já liquidados financeiramente.
- B) Apenas os bens corpóreos que possuam valor de mercado.
- C) O patrimônio das entidades, considerado sob os aspectos qualitativo e quantitativo, bem como suas variações.
- D) As receitas e despesas registradas exclusivamente pelo regime de caixa.
- E) Apenas os eventos que aumentem o patrimônio líquido.

**22.** De acordo com a NBC TG – Estrutura Conceitual, classifique como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) Ativo é recurso presente controlado pela entidade, resultante de eventos passados e capaz de gerar benefícios econômicos futuros.
- ( ) Passivo é obrigação presente derivada de eventos passados, cuja liquidação deve resultar em saída de recursos.
- ( ) Receita é aumento nos benefícios econômicos que resulta em aumento do patrimônio líquido.
- ( ) Despesa é diminuição nos benefícios econômicos, resultando em redução do patrimônio líquido.
- ( ) Patrimônio líquido corresponde à soma de ativos e passivos.

- A) F – V – V – F – F.
- B) V – V – F – V – F.
- C) V – V – V – V – F.
- D) V – F – V – F – V.
- E) V – V – F – F – F.

**23.** De acordo com o Art. 101 da Lei nº 4.320/1964, as demonstrações contábeis obrigatórias das entidades públicas incluem:

- A) Balanço financeiro, demonstração do fluxo de caixa e demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- B) Balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração de lucros acumulados.
- C) Balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço

patrimonial e demonstração das variações patrimoniais.

- D) Demonstração do resultado abrangente, balanço orçamentário e demonstração de lucros acumulados.
- E) Demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e balanço patrimonial.

**24.** De acordo com o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro:

- A) Pode ter duração de até 15 meses por lei específica do ente federativo.
- B) Coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro.
- C) É definido por decreto do chefe do Executivo a cada mandato.
- D) Deve acompanhar o período de mandato do gestor público.
- E) Pode ser alterado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**25.** De acordo com o MCASP – 11ª edição, o sistema orçamentário tem por objetivo:

- A) Controlar exclusivamente atos potenciais que possam afetar o patrimônio.
- B) Controlar exclusivamente créditos adicionais.
- C) Apurar custos de bens e serviços produzidos ou prestados.
- D) Registrar apenas bens permanentes.
- E) Registrar, acompanhar e controlar a execução orçamentária da receita e da despesa.

**26.** De acordo com o Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), o Relatório de Gestão Fiscal deve conter:

- A) Detalhamento dos custos de programas sociais.
- B) Relação nominal de todos os servidores.
- C) Demonstrativo dos limites e condições para operações de crédito e inscrição em restos a pagar.
- D) Balanço patrimonial consolidado.
- E) Lista de fornecedores contratados no exercício.

**27.** De acordo com o Art. 11 da Lei nº 4.320/1964, a receita pública classifica-se, quanto à categoria econômica, em:

- A) Receitas fiscais e parafiscais.

- B) Receitas tributárias e patrimoniais.
- C) Receitas orçamentárias e extraorçamentárias.
- D) Receitas derivadas e originárias.
- E) Receitas correntes e receitas de capital.

**28.** Segundo a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP, os estágios da receita orçamentária são:

- A) Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- B) Estimativa, empenho, liquidação e pagamento.
- C) Previsão, empenho e execução.
- D) Lançamento, execução e encerramento.
- E) Arrecadação, liquidação, pagamento e baixa.

**29.** De acordo com o MCASP, receita extraorçamentária é aquela:

- A) Destinada exclusivamente a fundos especiais.
- B) Não prevista na LOA, mas que constitui ingresso definitivo.
- C) Proveniente de tributos e taxas.
- D) Que não integra o orçamento público e não constitui ingresso definitivo para o ente.
- E) Arrecadada via operações de crédito.

**30.** De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o CTN, dívida ativa:

- A) Divide-se em tributária e não tributária, sendo inscrita após constituição definitiva e inadimplência.
- B) É formada apenas por créditos tributários.
- C) Não pode ser parcelada.
- D) Independe de inscrição para cobrança judicial.
- E) É sempre originada de multas administrativas.

**31.** De acordo com o Art. 12 da Lei nº 4.320/1964, a despesa orçamentária classifica-se, quanto à categoria econômica, em:

- A) Despesas financeiras e não financeiras.
- B) Despesas obrigatórias e discricionárias.
- C) Despesas fixas e variáveis.
- D) Despesas primárias e secundárias.
- E) Despesas correntes e despesas de capital.

**32.** Classifique as afirmativas sobre estágios da despesa orçamentária como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) Empenho é o ato que cria obrigação para o Estado, reservando dotação orçamentária para pagamento.
- ( ) Liquidação é a verificação do direito do credor, com base em documentos e títulos comprobatórios.
- ( ) Pagamento é a entrega de numerário ao credor para quitação da obrigação.
- ( ) Anulação de empenho ocorre quando a despesa deixa de ser necessária ou perde sua finalidade, liberando a dotação correspondente.
- ( ) Restos a pagar processados são despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas.

- A) V – F – V – V – F.
- B) V – V – F – V – F.
- C) F – V – V – F – V.
- D) V – V – V – F – V.
- E) V – V – V – V – V.

**33.** De acordo com o Art. 165, §1º, da Constituição Federal, o Plano Plurianual estabelece:

- A) Metas e prioridades da administração para o exercício seguinte.
- B) Diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como programas de duração continuada.
- C) Previsão de receita e fixação de despesa para um exercício.
- D) Despesas obrigatórias de caráter continuado.
- E) As metas fiscais do próximo exercício.

**34.** De acordo com o Art. 165, §2º, da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende:

- A) Fontes de recursos para programas governamentais.
- B) Detalhamento de ações e programas para quatro anos.
- C) Fixação das metas de arrecadação tributária.
- D) Metas e prioridades da administração, orientação para a LOA e disposições sobre alterações na legislação tributária.
- E) O balanço das receitas e despesas do exercício anterior.

**35.** De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, classifique como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) A LRF estabelece limites para despesa com pessoal em cada ente da Federação.  
 ( ) O excesso de despesa com pessoal deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes.  
 ( ) O descumprimento das metas fiscais dispensa a adoção de medidas de limitação de empenho e de contenção de gastos.  
 ( ) A LRF exige transparência mediante publicação de relatórios fiscais periódicos.  
 ( ) A LRF aplica-se apenas à União.

- A) V – F – F – V – V.  
 B) V – F – V – F – F.  
 C) F – V – F – V – V.  
 D) V – V – V – F – F.  
 E) V – V – F – V – F.

**36.** De acordo com o Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os tipos de licitação incluem:

- A) Menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior retorno econômico e maior desconto.  
 B) Menor preço, melhor técnica, menor prazo, maior investimento e maior desconto.  
 C) Melhor técnica, sorteio, menor preço e maior retorno econômico.  
 D) Técnica e preço, maior porte econômico e maior prazo.  
 E) Menor custo, maior desconto e melhor prazo.

**37.** Segundo o Código Civil, bens públicos classificam-se em:

- A) Não passíveis de concessão de uso.  
 B) Alienáveis independentemente de lei.  
 C) Penhoráveis quando dominicais.  
 D) Exclusivamente pertencentes à União.  
 E) De uso comum do povo, de uso especial e dominicais.

**38.** De acordo com a Lei nº 10.028/2000, constitui crime contra as finanças públicas:

- A) Deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada quando excedente ao limite legal.  
 B) Executar despesa continuada sem autorização legislativa.  
 C) Alterar a LOA por decreto para incluir novas receitas.

- D) Não publicar o PPA no prazo constitucional.  
 E) Licitar com sobrepreço.

**39.** De acordo com o Art. 3º da Lei nº 12.527/2011, o acesso à informação:

- A) É restrito a brasileiros.  
 B) É restrito a informações não classificadas como sigilosas.  
 C) Depende de autorização judicial para dados administrativos.  
 D) Pode ser negado sem justificativa.  
 E) É a regra, sendo o sigilo a exceção, nos casos previstos em lei.

**40.** De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP, no Balanço Orçamentário, déficit de execução orçamentária significa:

- A) Despesa liquidada inferior à receita prevista.  
 B) Despesa empenhada superior à receita arrecadada no período.  
 C) Receita arrecadada superior à despesa paga.  
 D) Despesas extraorçamentárias superiores às orçamentárias.  
 E) Receita prevista igual à arrecadada, mas despesa paga inferior à liquidada.